

VIVÊNCIAS DE ESTÁGIO EM UMA ESCOLA INDÍGENA DO VALE DO MAMANGUAPE

Autora: Agnes Camila Viana da Silva

*Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal da Paraíba – UFPB/CCAE
agnes.camilla@gmail.com*

Co-autora: Juliana Silva do Nascimento

*Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal da Paraíba – UFPB/CCAE
juslvnascimento@gmail.com*

Co-autora e Orientadora: Célia Regina Teixeira

*Profa. Dra. do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal da Paraíba – UFPB/CCAE
cel.teix54@gmail.com*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo relatar as vivências de estágio executadas em uma escola indígena no período do Estágio Supervisionado I. Estagiar é o primeiro contato do futuro educador com a realidade escolar, podendo ser utilizado para a observação do funcionamento da escola como um todo. O Estágio Supervisionado I, nos permitiu estabelecer uma relação estreita com os conhecimentos teóricos obtidos durante o curso, através de um processo dinâmico de aprendizagens em situações reais da prática docente. Neste momento, também tivemos a oportunidade de observar como se dava o processo de ensino e aprendizagem de uma escola indígena. Os índios nem sempre tiveram seus direitos reconhecidos e nem sua cultura aceita pela maioria dos membros da sociedade. Todavia, a partir dos aparatos legais foram lhes assegurando direitos sociais e o acesso à educação básica. Ao que se referem às escolas indígenas, as mesmas devem promover a formação continuada dos professores índios e não índios, visando incentivar a promoção do ensino da língua materna e a oficial do país, pois, desta forma haverá a diminuição das chances de ocorrer uma omissão dos direitos dos indígenas. Os currículos aplicados nessas escolas deverão respeitar as necessidades e os interesses dos indígenas e da sua comunidade favorecendo o resgate e a compreensão de sua cultura.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado, Vivências de Estágio, Educação Indígena.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu da disciplina de Estágio Supervisionado I e tem como objetivo relatar nossas vivências de estágio enquanto alunas do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba – *Campus IV*. O estágio foi realizado na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Guilherme da Silveira, localizada na Avenida Rio Branco, nº 5466, Vila Regina, Aldeia Monte Mor, Rio Tinto-PB durante o período de 06 de abril a 11 de maio de 2018. O relato de nossas experiências tem por intuito discutir a importância do Estágio Supervisionado durante a formação do aluno do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFPB - *Campus IV*. Estagiar segundo Oliveira (2008), é o primeiro contato do futuro educador com a realidade escolar, tornando-se um momento impar para observar o funcionamento da escola. Nessa perspectiva, o Estágio Supervisionado nos permitiu estabelecer uma relação estreita entre os conhecimentos teóricos obtidos durante o curso de Pedagogia, através de um processo dinâmico de aprendizagens em situações reais da prática docente,

inclusive sobre o ângulo da diversidade, o processo de ensino e aprendizagem de uma educação indígena.

Educação Indígena

Considerando-se que nosso estágio ocorreu em uma escola indígena, nos torna necessário trazer uma discussão acerca dessa temática. A reflexão sobre o papel da educação bilíngue intercultural não surge somente por razões pedagógicas, mas principalmente por motivos sociais, políticos, ideológicos e culturais. O nascimento desse movimento pedagógico pode ser situado aproximadamente há trinta anos, nos Estados Unidos, a partir dos movimentos de pressão e reivindicação de algumas minorias étnico-culturais, principalmente negras. Na América Latina, a preocupação intercultural nasce a partir de outro horizonte. Essa abordagem surge no movimento das populações indígenas (LÓPEZ e SICHRA, 2006).

Buratto (2010, p. 53) afirma que no “Brasil, do século XVI até, praticamente, a metade do século XX, a oferta de programas de educação escolar às comunidades indígenas esteve pautada pela catequização e integração forçada dos índios à sociedade”. Salienta-se ainda que a partir da colonização dos europeus no Brasil os índios tiveram contato com a educação escolar, tal educação tinha por objetivo catequizar, civilizar estes indivíduos para que os mesmos viessem a se integrar na sociedade, negando sua essência, cultura, mitos e crenças.

Durante muito tempo, as escolas tinham sua infraestrutura muito precária e se assemelhavam com as escolas rurais, estas instituições eram frequentadas por índios, não índios, colonos, trabalhadores que viviam em cidades, mas que trabalhavam em meios rurais. As turmas eram multisseriadas e contavam com o auxílio de um único professor. (FAUSTINO, 2010).

Desta forma, podemos perceber que a Educação Indígena nem sempre foi organizada e visualizada da maneira que está apresentada na contemporaneidade, sua organização foi fruto de grandes transformações. Conforme afirma Faustino (2012), a revolução ocorrida na Educação Indígena na década de 1990 teve como marco a Constituição Federal de 1988, A partir de então, os indígenas passaram a ter seus direitos reconhecidos frente à sociedade. Tais direitos dizem respeito à cidadania, título de eleitor, carteira de identidade, cadastro de pessoa física (CPF), entre outros. Todavia, para que sejam efetuadas estas ações os mesmos deverão sempre estar acompanhados por representantes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

A Constituição Federal de 1988 foi o primeiro documento que abordou em seu discurso o interesse por políticas voltadas aos indígenas, isto é, inovou o cenário da educação ao propor ações para outro grupo da sociedade brasileira.

No Art. 231 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) nota-se que são “reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Assim, a cultura que até então era considerada como fora do padrão ou ineficiente para o desenvolvimento do país com a Constituição Federal passou a ser reconhecida como constituinte da sociedade garantindo aos indígenas os mesmos privilégios que os demais brasileiros.

O Art. 210 ressalta que os ensinamentos propostos nas escolas deverão respeitar a cultura, devendo ser apresentado primeiramente aos indígenas o ensino pela língua materna.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. (BRASIL, 1988).

No Brasil, conforme os Referenciais para a Formação de Professores Indígenas (BRASIL, 2002), a crescente reivindicação para a implantação de escolas em áreas indígenas deixou de ser uma imposição nacional, passando, assim, a ser uma exigência dos próprios povos indígenas brasileiros, invocando uma educação intercultural que envolva a comunidade e fortaleça o uso das línguas indígenas, bem como a língua portuguesa, além de permitir o desenvolvimento de uma metodologia específica que possibilite a elaboração de materiais didáticos próprios e específicos para as escolas indígenas.

A Lei de Diretrizes e Bases, n. 9.394, de 1996, causou impacto sobre a educação escolar indígena. O Estado passou a ter o dever de ofertar educação bilíngue e intercultural às populações indígenas com o intuito de resguardar práticas socioculturais e a língua materna dos povos e comunidades indígenas, bem como lhes garantir o acesso aos conhecimentos técnico-científicos da sociedade não indígena (Universidade Federal de Goiás, UFG, 2006, p. 28-29).

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - Proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - Garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias (BRASIL, 1996).

Para o movimento indígena, a educação precisa ser concebida como ferramenta na construção de uma cidadania sem exclusões, de forma democrática e igualitária, para que na prática haja o exercício da dupla cidadania, com respeito aos direitos coletivos e às diferenças culturais (Ferreira, 2001). Sendo assim, nós como futuros educadores devemos ter a consciência da promoção de uma educação igualitária que reconheça e respeite as diferentes culturas, costumes, crenças e tradições.

MÉTODOS

Neste tópico relataremos a metodologia utilizada para a realização de nosso trabalho. Inicialmente, como aporte teórico tivemos o texto “A importância do estágio supervisionado durante o curso de Pedagogia” do autor Oliveira (2008) utilizado na disciplina de Estágio Supervisionado I, no qual nos auxiliou para as reflexões sobre o contato com a realidade docente e o ato de estagiar. Este conteúdo, aborda o estágio como uma aproximação entre teoria e prática e que dessa forma proporcionou a nós como alunas estagiárias um certo “experimento” do que será vivido durante nossa carreira profissional.

Dentre as contribuições teóricas, tivemos também os autores López e Sichra, (2006), Buratto (2010), Faustino (2010/2012), A Constituição Federal de 1988, Referenciais para a Formação de Professores Indígenas (BRASIL, 2002), Lei de Diretrizes e Bases, n. 9.394, de 1996, Ferreira (2001), Freire (1996) e Libâneo (1994).

Após a leitura dos referências teóricos, formulamos um questionário para realizar as entrevistas com os (as) professores (as). As perguntas estavam relacionadas com as seguintes pautas: Quantos alunos tem sua turma? Como é a rotina em sala de aula? Como ocorre o planejamento? Quais são as dificuldades mais presentes? Como você faz para trazer a cultura deles para sala de aula?

Questionário pronto, iniciamos a pesquisa na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Guilherme da Silveira, que estava funcionando em um dos CRAS da cidade de Rio Tinto, pelo motivo da reforma em suas dependências. Pudemos perceber que mesmo em meio aos empasses da falta de local para a efetivação da rotina escolar, os professores e demais funcionários fizeram o possível para que o espaço em que as aulas estavam funcionando, tivesse um aspecto pedagógico. Apesar de ser um espaço pequeno, com a

qualidade do trabalho de todos, tornou-se um local acolhedor e que apresentava características do espaço escolar.

Para a apresentação dos professores da escola, utilizamos nomes fictícios, no caso em especial nome de flores, tendo em vista evitar possíveis constrangimentos por parte dos professores.

Ao longo de nossa pesquisa, tivemos como supervisora no local do estágio Rosa, professora do 4º ano do Ensino Fundamental na escola, e para nos orientar na prática do estágio a professora que ministra a disciplina de Estágio Supervisionado I, na UFPB, *Campus IV-Mamanguape*, a Profa. Dra. Célia Regina Teixeira.

Durante nossa pesquisa realizamos um total de seis visitas, iniciando no dia 06 de abril de 2018 até o dia 11 de maio de 2018 computando num total de 20h.

A primeira visita na escola foi realizada no dia 06 de abril de 2018. Neste primeiro momento, fomos em busca de uma familiarização com todo o corpo escolar, no qual nos apresentamos enquanto alunas universitárias que estariam estagiando naquela escola durante um período de 20h. Durante a visita entregamos a carta de aceite, realizamos um diálogo sobre as atividades que seriam executadas na escola e também conhecemos as dependências e o corpo escolar. No segundo dia de vivência do estágio, ocorrido em 20 de abril de 2018, observamos a turma de 1º ano do Ensino Fundamental, com a professora Orquídea. Devido a escola ser indígena, nas sextas-feiras as aulas são destinadas ao ensino da língua tupi, que são ministradas pelo professor Lírio que ora vai em cada turma e ora reúne todos os alunos de todas as turmas para um momento de aprendizagem mútua no pátio. Neste dia, por estarem na semana de comemoração do dia do índio, no primeiro momento da aula, os professores encaminharam todas as turmas para se reunirem no pátio para executarem uma atividade coletiva sobre essa cultura que está tão presente do dia-a-dia deles, dentre as atividades realizadas, a mais trabalhada neste momento foi a questão da língua tupi. Após a aula de tupi, a professora Orquídea levou todos os alunos do 1º ano para sala, tendo em vista a aplicação uma atividade no qual, eles deveriam identificar as letras do alfabeto manual que a mesma tinha levado para sala de aula. Ao final da aula, realizamos uma entrevista com a professora que respondeu às perguntas por nós elaboradas oralmente. Durante a entrevista ela ressaltou que o plano de aula é feito semanalmente e mensalmente e que sempre busca estar trazendo para sala de aula aspectos que trabalhem a culturas deles, bem como o aprendizado de algumas palavras e saudações em tupi e as pinturas corporais também, visto que é um aspecto muito marcante da cultura deles. Do dia 23 de abril de 2018 ao dia 07 de maio observamos as turmas do 2º ao 5º ano e entrevistamos as respectivas professoras. Não detalhamos as entrevistas das demais

professoras, porque acreditamos que ficaria algo repetitivo. Desta forma, para simplificarmos, podemos afirmar que todas, com algumas raras exceções, buscam trabalhar em sala de aula conteúdos gerais que são obrigatórios para todas as escolas, mas que também fazem um trabalho excelente com seus alunos indígenas, valorizando suas diferenças, costumes e crenças. Elas tornam o processo do ensino-aprendizagem emancipatório, contribuindo para a formação de alunos mais reflexivos com sua própria cultura, na tentativa de que através desse reconhecimento eles possam estar lutando pelos seus direitos, e como indígenas estar também cumprindo seus deveres perante seu povo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estágio é uma prática de grande relevância, pois, faz com que os estudantes possam ter não só uma melhor compreensão das teorias, mas também fazer uma reflexão sobre a prática que será desenvolvida pelo mesmo ao fim do curso. Essa é uma prática de aprendizado, que estará sendo desenvolvida por meio das atividades referentes a profissão escolhida.

A experiência do estágio torna-se essencial ao discente, porque dessa forma será possível que o aluno realize as observações, faça planejamentos, execute e faça avaliações da prática que está sendo executada.

O professor tem um papel importante na educação, pois, ele será o mediador entre o aluno e o conhecimento. Em vista disso e de acordo com os aportes teóricos, reconhecemos que se faz relevante que o professor tenha consciência de sua prática e assim realize seu trabalho da melhor forma e, com isso atingir os objetivos da aprendizagem.

Segundo esse pensamento Libâneo afirma que:

O trabalho docente é atividade que dá unidade ao binômio ensino-aprendizagem, pelo processo de transmissão-assimilação ativa de conhecimentos, realizando a tarefa de mediação na relação cognitiva entre o aluno e as matérias de estudo (1994, p.88).

Diante disso, vale salientar que a prática pedagógica deve ir além da reprodução dos conteúdos sistematizados e acumulados do currículo, ela deve propiciar a construção de novos conhecimentos. O professor deve ter a preocupação com que os alunos sejam seres reflexivos e dessa forma, tornem-se capazes de lutar por seus interesses em meio a sociedade.

Segundo Freire (1996), o professor deve utilizar a autoridade democrática em sua prática para que dessa forma haja a afirmação de que todo aprendizado adquirido pelo aluno estará construindo sua responsabilidade da liberdade que se assume. A autoridade democrática trará liberdade para que o conhecimento seja construído numa relação entre professor-aluno.

Dentro dessas muitas perspectivas na ação docente, o estágio possibilitou o encontro com realidades, dentro dos contextos de classe, que possibilitaram a reflexão crítica sobre essas ideias e a percepção das contrariedades existentes entre o que se acredita fazer e o que se faz.

Numa perspectiva de visão sobre a prática docente, mais especificamente referente a aplicação de materiais didáticos, podemos perceber que a professora do 1º ano, dos anos iniciais, utilizou de vários instrumentos metodológicos sem um objetivo definido, ou seja, houve uma preocupação por parte dela de utilizar meios didáticos para o processo de ensino-aprendizagem, porém, não há uma reflexão dos objetos utilizados, do porque eles estarem realizando aquela atividade. Por isso há uma necessidade de uma prática pedagógica reflexiva, que aplique conteúdos didáticos, mas que saibam os objetivos que se pretendem alcançar aplicando tal atividade.

A observação das práticas desenvolvidas no 5º ano, também dos anos iniciais, foi perceptível, até pela própria confissão da docente Margarida, a utilização de conteúdos não planejados por si, mas, exigidos pelo estado, afim de preparar os discentes para as provas que focalizavam a análise de domínio dos conteúdos, feitas pelas instâncias governamentais. Sendo assim, unida a falta de participação da própria professora no planejamento de seus conteúdos e o reproduzir puramente, para o enquadramento numa lógica de avaliação alheia as realidades de sua própria sala, pode ser a causa do desinteresse de alguns alunos, pois não se enxergando, pouco, refletindo ou tendo a curiosidade necessária, desmotiva-os. Para Freire:

É neste sentido que o professor autoritário, que por isso mesmo afoga a liberdade do educando, amesquinhando o seu direito de estar sendo curioso e inquieto, tanto quanto o professor licencioso rompe com a radicalidade do ser humano – a de sua inconclusão assumida em que enraíza a eticidade (1996, p. 60).

A escola em questão mantém um forte ligamento cultural, neste caso indígena, que une e produz interdisciplinarmente um clima de pluralidade cultural, reconhecendo a complexidade que envolve a problemática social, cultural e étnica do município. Esse processo, envolve a integração e engajamento de um trabalho conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar entre si e a realidade, de modo a superar a fragmentação existente e buscar a formação integral dos alunos, partindo de sua própria realidade.

Segundo as professoras entrevistadas, elas incluem no seu planejamento escolar assuntos sobre a educação indígena, sempre trabalhando do que é geral para todas as escolas e o que é específico da origem deles, bem como as palavras e costumes. Nesta perspectiva, a escola tem uma organização curricular para as sextas feiras que um professor reúne todos os alunos no pátio e trabalha com eles a questão dos significados das palavras na língua tupi, além

de cantarem músicas em tupi e depois cantar a tradução dela em português. Há também momentos de pinturas indígenas, para que desde de criança criem esse hábito que é tão marcante da cultura indígena.

Desta forma, podemos perceber que é um processo de ensino aprendizagem bem reflexivo, uma vez que se preocupam com um currículo cultural, trazendo suas culturas para sala de aula, para o ambiente escolar sem deixar de trazer o geral que também é importante para emancipação e criticidade desses alunos.

CONCLUSÃO

O Estágio Supervisionado nos permitiu enquanto discentes ter nosso primeiro contato com a realidade docente, observar os diferentes processos do ensino aprendizagem e as diferentes práticas pedagógicas aplicadas pelos professores, que ora são tradicionais ora são progressistas. O estágio nos proporcionou uma reflexão sobre quais caminhos queremos seguir em nossa prática docente e quais não queremos seguir.

Através do estágio e especialmente durante as entrevistas com professores, podemos perceber também o clima organizacional da escola, como ela se estrutura, como se dá os planejamentos dos professores, e o funcionamento das organizações pedagógicas enquanto instituição escolar.

Em se tratando das entrevistas, por meio delas nos possibilitaram ter a clareza de como acontecem os planejamentos escolares na instituição, e como pudemos verificar, o trabalho coletivo, pois é feito de forma participativa contribuindo assim para um ambiente que possui a características de toda a comunidade que compõe a escola.

O estágio nos permitiu estabelecer uma relação estreita entre os conhecimentos teóricos obtidos durante o curso através de um processo dinâmico de aprendizagens em situações reais da prática docente.

O fato de termos estagiado em uma escola indígena nos fez perceber a importância dos educadores e da escola de modo geral em oferecer interdisciplinarmente um clima de pluralidade cultural, reconhecendo a complexidade que envolve a problemática social, cultural e étnica do município, trabalhando a formação dos alunos de forma integral, partindo dos conhecimentos da realidade deles.

Contudo, pudemos perceber que a prática docente não é uma tarefa fácil e que exige comprometimento do docente em trabalhar com a realidade que ele está inserido, trazendo aspectos da cultura e dos costumes dos alunos para sala de aula, sem esquecer os conteúdos

gerais. O professor tem que estar se atualizando para acompanhar as necessidades existentes das escolas, de seus alunos, enfim da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 30 ago.2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Referencias para a formação de professores indígenas**. Brasília: MEC; SEF, 2002.

BURATTO, Lucia Gouvêa. Educação Escolar Indígena na Legislação Atual. In: FAUSTINO, Rosângela Célia; CHAVES, Marta; BARROCO, Sonia Mari Shima (Org.). **Intervenções pedagógicas na Educação Escolar Indígena**: contribuições da teoria Histórico cultural. 2. ed. Maringá, PR: Eduem, 2010. p. 53-69.

FAUSTINO, Rosângela Célia. A política da diversidade cultural e da inclusão das minorias étnicas na sociedade globalizada. In: FAUSTINO, Rosângela Célia; CHAVES, Marta; BARROCO, Sonia Mari Shima (Org.). **Intervenções pedagógicas na Educação Escolar Indígena**: contribuições da teoria Histórico cultural. 2. ed. Maringá, PR: Eduem, 2010. p. 11-30.

FAUSTINO, Rosângela Célia. Diversidade cultural e educação escolar indígena: contingências de uma política internacional. In: CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves; FAUSTINO, Rosangela Célia (Org.). **Educação e diversidade cultural**. 2. ed. Maringá, PR: Eduem, 2012. p. 87-110.

FERREIRA, Mariana Kawall Leal. A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes e FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Orgs.). **Antropologia, História e Educação**: a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001, p.71-111.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à pratica educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 13 Ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LÓPEZ, Luiz Enrique e SICHRA, Inge. **Intercultural bilingual education among indigenous peoples in Latin America**. Cochabamba: PROIB Andes, 2006.

OLIVEIRA, Luís Carlos. **A importância do Estágio Supervisionado Durante o Curso de Pedagogia**. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-do-estagio-supervisionado-durante-o-curso-de-pedagogia/11641>. Acesso em: 21/05/2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO. NÚCLEO TAKINAHAKÿ DE FORMAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA. **Projeto Político-Pedagógico da Licenciatura Intercultural**. Goiânia: UFG, 2006.